

Apresentação

História e memória das ditaduras civis-militares no Cone Sul



O Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) vivenciou, entre meados da década de 1950 e o fim dos anos 1980 do século XX, um período marcado pela emergência de ditaduras civis-militares que redefiniram a vida política, social e institucional da região. Embora os golpes de Estado e os governos autoritários na região apresentassem traços estruturais comuns, como a dissolução ou a crise das instituições liberal-burguesas e a ascensão das Forças Armadas como protagonistas no campo político, essas experiências apresentaram especificidades distintas.

Apesar das décadas que nos separam da emergência desses regimes, o interesse pela história das ditaduras segue atual no debate público, já que vivemos sob a égide de um passado que se reinscreve no presente a partir das lutas pelas memórias e dos impasses e tensões políticas contemporâneas, aspectos em comum em toda a região.

Neste primeiro quartel do século XXI uma série de investigações contribuiu com o desenvolvimento da chamada história do tempo presente no Cone Sul. A partir de diferentes países e óticas, pesquisadores estudaram esta conjuntura associada ao ciclo de polarização política e social, ao desenvolvimento de regimes autoritários na região e, posteriormente, às transições rumo à redemocratização. Como demonstra a historiografia comparada, cada regime desenvolveu um projeto específico, influenciado por suas próprias tradições políticas, conjunturas nacionais e pela percepção em relação às forças de oposição. Essas diferenças foram expressas, por exemplo, na dinâmica da repressão estatal, nas alianças civis e suas estratégias de acomodação ou em seus projetos econômicos.

Para mapear algumas dimensões centrais da dinâmica desses regimes discutidos pela literatura especializada, mencionamos a investigação de Rodrigo Patto Sá Motta acerca das políticas universitárias do Brasil, Chile e Argentina durante as ditaduras militares, onde o autor analisa as diferenças e semelhanças dos projetos de modernização autoritária levado a cabo nesses países. Os programas implantados pelos militares e seus aliados civis tiveram

dupla dimensão: foram ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, sendo que o impulso modernizador se combinou com práticas repressivas¹. Considerando o quadro geral das políticas econômicas adotadas pelas ditaduras militares, podemos dizer que enquanto na ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990) vigorou uma política econômica neoliberal, a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989) apostou em um modelo econômico estatista. Como observa Patto, o projeto modernizador do regime — centrado no crescimento econômico, na aceleração industrial e na eficiência estatal — não se dissociava de seu caráter autoritário-conservador. Este, por sua vez, atuava em duas frentes complementares: a exclusão política dos setores subalternos e o combate sistemático às ideias e aos agentes de esquerda, ao mesmo tempo em que reforçava valores tradicionais como pátria, família e religião.

Outra diferença está na estrutura desses regimes autoritários. A investigação levada a cabo por Anthony Pereira nos coloca uma questão fundamental que ainda continua importante: como os regimes militares se valeram do sistema judicial e das normas legais não apenas para reprimir, mas também para legitimar a repressão, conferindo-lhe uma aparência de legalidade?² De acordo com Anthony Pereira, a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) destacou-se pelo alto grau de institucionalização e pela manutenção de um sistema representativo formal (embora excludente e bipartidário), com uma separação entre o governo e a instituição militar. Em contraste, a ditadura argentina (1976-1983) apresentou uma legalidade autoritária mais frágil, alcançando um baixo grau de institucionalidade e marcada por um altíssimo nível de violência. A linha argumentativa desenvolvida por Anthony Pereira demonstra que o autoritarismo legalizado não é uma contradição das ditaduras, mas uma estratégia de poder que deixa marcas profundas na política, no direito e na memória das sociedades pós-ditatoriais.

Como demonstrou Caroline Silveira Bauer ao estudar comparativamente as estratégias de implementação do terror nos contextos ditatoriais brasileiro e argentino, a repressão na última ditadura argentina assumiu contornos mais clandestinos e sistemáticos, empregando a prática de desaparecimento como solução final, diferentemente da ditadura

¹ In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

² PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

civil-militar brasileira na qual houve uma judicialização da repressão. A historiadora aponta também que a questão dos desaparecidos políticos foi tratada de forma distinta nos governos transnacionais das ditaduras civil-militares de segurança nacional brasileira e argentina, ponderando que o direito à verdade e a justiça na Argentina - mesmo com seus problemas - foi fundamental para uma ruptura com o passado ditatorial e com o processo de elaboração de políticas de memória e reparação no presente³. A transição política brasileira foi controlada pelos próprios militares, sem uma ruptura clara com o passado ditatorial, o que favoreceu a permanência de mecanismos de impunidade e, enquanto o Brasil ainda debate os limites de sua anistia e avança de forma lenta e fragmentada em políticas reparatórias, a Argentina consolidou um marco institucional mais robusto de enfrentamento ao legado ditatorial.

A Guerra Fria, conjuntura caracterizada pela polarização entre os Estados Unidos (representante do capitalismo) e a União Soviética (representante do comunismo), forneceu o alibi ideológico para a instauração dos regimes civis-militares no Cone Sul. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) emergiu como o arcabouço doutrinário fundamental desse processo político. Essa ideologia geopolítica rejeitou a divisão da sociedade em classes, identificando qualquer oposição ou questionamento coletivo ou individual como nocivo à unidade nacional. Dessa forma, a oposição deixou de ser um antagonista político para se tornar um inimigo interno a ser eliminado, inaugurando assim uma nova racionalidade autoritária; associando o “subversivo” ao comunismo, a DSN justificava o combate e a supressão do pluralismo ideológico⁴. A aplicação desses princípios resultou na prática de Terror de Estado, um modelo de violência estatal, dirigido a partir do centro do poder e manifestado de forma abrangente, prolongada, indiscriminada, retroativa e preventiva. Com isso, pretendia-se eliminar a oposição política e estimular o disciplinamento da força de trabalho para impor a estrutura dos modelos macroeconômicos das ditaduras da região.

No plano das relações internacionais, as ditaduras civis-militares do Cone Sul cooperaram através de mecanismos de inteligência e de repressão. O sistema repressivo brasileiro, através do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de

³ BAUER, Caroline Silveira. *Militares, Justiça e Política: O Superior Tribunal Militar (1964-1969)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

⁴ PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os “anos de chumbo” no Brasil e na América Latina. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 28, p. 55-90, jul./dez. 2000.

Operações de Defesa Interna), inspirou a estrutura repressora de outros países da região, como o Chile e Uruguai. Essa coordenação repressiva transnacional culminou na Operação Condor, uma rede de cooperação que sistematizou a troca de informações e a realização de operações conjuntas, perseguindo, torturando e assassinando exilados políticos. Em *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*, o historiador Carlos Fico demonstra que os Estados Unidos não foi mero “patrocinador” do golpe de 1964, mas sim agente ativo e envolvido em um processo de longo prazo de sustentação política, logística e diplomática da ditadura brasileira. O papel dos Estados Unidos no caso brasileiro não foi isolado; esta participação pode ser estendida para as ditaduras do Cone Sul como parte de uma política regional dos EUA durante a Guerra Fria, pois forneceu treinamento militar e policial, como na Escola das Américas e no Escritório de Segurança Pública. Por outro lado, o movimento opositor aos regimes militares também se articulou internacionalmente.

Ao acompanhar a trajetória de militantes argentinos, chilenos, uruguaios, brasileiros e bolivianos, Aldo Marchesi demonstra como, influenciadas pela Revolução Cubana e pela polarização da Guerra Fria, redes de jovens organizações de esquerda emergiram e se expandiram no Cone Sul. Para esses grupos, a violência política e a ação transnacional consolidaram-se como os únicos caminhos viáveis para a transformação social⁵. A esquerda radical, de viés marxista-leninista e influenciada pelas estratégias foquistas e maoístas, optou pela luta armada, através de guerrilhas urbanas e rurais. Como exemplo podemos citar a Aliança Libertadora Nacional (Brasil), o Movimento de Libertação Nacional–*Tupamaros* (Uruguai), o Exército Revolucionário do Povo (Argentina), o Movimento de Esquerda Revolucionário (Chile) e a Frente Unida de Libertação Nacional (Paraguai). Além disso, organizações de defesa dos direitos humanos desempenharam um papel fundamental na denúncia internacional dos casos de tortura e de violações de direitos exercidos por agentes estatais e paraestatais das ditaduras civis-militares do Cone Sul.

Se as ditaduras latinoamericanas emergiram nesse contexto marcado pela Guerra Fria, no qual forças políticas internas e movimentos sociais desempenharam um papel central na resistência às ditaduras, a história das memórias também emerge em um contexto singular: no período pós-ditatorial, o papel do Estado na gestão desse passado mostrou-se igualmente significativo. Embora as experiências ditatoriais e os processos de transição de

⁵ MARCHESI, Aldo. *Hacer la revolución*. Guerrillas latinoamericanas, de los años sesenta a la caída del Muro, Buenos Aires, Siglo XXI, 2019.

cada país apresentem especificidades, como adverte Elizabeth Jelin, é necessário evitar uma visão de histórias autônomas e paralelas. Antes, “é preciso considerá-las como uma trajetória comum, com fortes interdependências”⁶. Um dos traços compartilhados por Chile, Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai é que o passado ditatorial não se cristalizou no momento da transição política, mas permaneceu como um elemento central e dinâmico do cenário sociopolítico nas décadas seguintes, que permanece pulsante na atualidade. O dossiê *História e memória das ditaduras civis-militares no Cone Sul*, publicado pela revista Faces da História, tem como objetivo aprofundar o debate sobre a história e as memórias dos regimes autoritários que marcaram o Cone Sul entre meados da década de 1950 e o fim dos anos 1980. O período foi definido pela predominância de ditaduras civis-militares na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, fenômeno que, embora apresentasse traços comuns — como a crise das instituições liberais e a ascensão do poder militar —, manifestou-se com heterogeneidade na região. No entanto, como há elementos inerentes a essas perspectivas em outras temporalidades, o dossiê também abre espaço para artigos de outros momentos, que dialogam com a perspectiva do objetivo central.

O segundo volume do dossiê reúne nove artigos que, a partir de recortes temáticos, temporais e geográficos diversos, contribuem para o adensamento do debate historiográfico sobre as ditaduras civis-militares no Brasil, no Paraguai, na Argentina e no Uruguai.

O Panorama da Ditadura de Stroessner no Paraguai: a consolidação do poder, de Luiz Eduardo Pinto Barros, abre o dossiê com uma análise panorâmica da ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). Amparado em pesquisa bibliográfica, o artigo percorre o período anterior à ascensão de Stroessner ao poder e examina os elementos que favoreceram a consolidação de seu regime autoritário, contemplando tanto a política interna quanto a política externa paraguaia. O autor conclui que, não obstante os avanços econômicos registrados durante o período — dos quais o Tratado de Itaipu é o exemplo mais notável —, o governo *stronista* caracterizou-se pela violência e pela corrupção, sustentado por amplo apoio dos Estados Unidos e do Brasil. Defende-se, por fim, a necessidade de ampliação das pesquisas sobre a ditadura de Stroessner, em especial entre historiadores paraguaios, como forma de preservar a memória daqueles que resistiram ao *stronismo* e lutaram pela redemocratização do país.

⁶ JELÍN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018, p. 21.

O segundo artigo, intitulado *Entre militares e sacerdotes: O papel da Igreja Católica de Teresina diante do processo de implantação e consolidação da Ditadura Civil-Militar no Brasil* e assinado por Kamila Vitória Santos e Silva e Teresinha Queiroz, analisa a atuação da Igreja Católica de Teresina no contexto de implantação e consolidação do regime civil-militar brasileiro a partir dos anos 1960, com destaque para as posições assumidas pelo arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela e pelo vigário-geral da Arquidiocese, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves. Fundamentado em fontes do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e em entrevistas com sujeitos que vivenciaram o período, o artigo evidencia que o trabalho social desenvolvido por Dom Avelar desde sua chegada a Teresina, em 1956, até o fim de sua administração, em 1973, tornou a Igreja alvo frequente da vigilância dos aparelhos repressivos da ditadura. As autoras concluem que, apesar de posturas por vezes moderadas e pragmáticas diante do regime autoritário, tanto Dom Avelar quanto Monsenhor Chaves consolidaram uma instituição eclesial atuante e comprometida com a população piauiense, mesmo sob os mecanismos de controle e vigilância impostos pelo governo civil-militar.

Escrito por João Victor da Costa Rios e Cláudia Cristina da Silva Fontineles, o artigo *“Não chorei, mas andei perto”: as marcas do controle da informação no Piauí entre Democracia e ditadura (1963–1975)* analisa as formas de controle da informação exercidas sobre o jornalismo piauiense entre 1963 e 1975, propondo a hipótese de que tal controle não se originou com o golpe civil-militar de 1964, mas constitui um processo de continuidade e transformação de práticas já presentes no período democrático anterior. Com base em periódicos, documentos oficiais e memórias de jornalistas, os autores demonstram que a consolidação da ditadura articulou essas práticas anteriores a mecanismos mais amplos de vigilância, financiamento estatal e produção de narrativas favoráveis ao regime. Nas considerações finais, argumenta-se que o controle da informação no Piauí deve ser compreendido como fenômeno complexo e multifacetado, resultante da articulação entre agentes estatais e setores civis, cuja historicização é fundamental para o enfrentamento de discursos contemporâneos que relativizam ou naturalizam experiências autoritárias.

Já o quarto artigo, intitulado *Dom Máximo Biennés, um bispo da fronteira nos arquivos da Comunidade de Informações (1971–1990)* e de autoria de Alécio Gonçalves da Silva, investiga a trajetória de Dom Máximo Biennés, bispo da Diocese de São Luiz de Cáceres, no Mato Grosso, tomando como fonte principal a documentação produzida pelos

órgãos da Comunidade de Informações e disponibilizada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. O artigo busca evidenciar as complexas relações entre a Igreja Católica e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), bem como a institucionalização da vigilância estatal sobre figuras eclesiásticas em uma região de fronteira classificada como área de interesse da segurança nacional. O autor conclui que Dom Máximo estruturou sua oposição ao autoritarismo priorizando a defesa dos povos originários, dos trabalhadores rurais e migrantes, culminando na criação do Centro Diocesano de Direitos Humanos em 1987, iniciativa que refletiu seu engajamento com o processo de redemocratização, mesmo sob o monitoramento constante dos órgãos de inteligência até o final do regime.

Poesias de medo e violência: as ditaduras neoliberais no Cone Sul mediante a produção poética e periódica em Curitiba (1978–1981), de Matheus Pacheco Perbiche, é o quinto artigo deste volume e tem como proposta investigar as relações entre o neoliberalismo e as ditaduras militares no Cone Sul entre 1976 e 1981, tomando como referencial teórico as noções de “capitalismo de desastre”, de Naomi Klein, e as denúncias de Rodolfo Walsh sobre a violência estatal na ditadura argentina (1976-1983). O autor concentra-se em duas manifestações culturais curitibanas — a revista Raposa Magazine e os livros do Movimento Sala 17 — para demonstrar como a produção poética e periódica local desenvolveu linguagens cifradas de contestação ao autoritarismo em contexto de censura. O artigo conclui que essas produções não apenas resistiram ao projeto político-econômico das ditaduras, mas também construíram estratégias criativas de oposição, cuja atualidade se revela pertinente para a compreensão das resistências contemporâneas a agendas neoliberais e ao recrudescimento do autoritarismo no Brasil recente.

Em *Uma questão de filosofia política: os movimentos de “minorias” através do jornal Lampião da Esquina*, Rogerio dos Santos Michaeli Filho historiciza o percurso das esquerdas políticas latino-americanas, no contexto das ditaduras civis-militares da segunda metade do século XX, até a emergência de movimentos sociais de grupos identitários socialmente marginalizados. O autor tem como fonte e objeto de pesquisa *Lampião da Esquina*, periódico carioca homossexual que também deu voz a outras pautas minoritárias, como as de mulheres, pessoas negras, travestis e povos originários. Nas considerações finais, o artigo sustenta que os movimentos identitários surgidos no Brasil na segunda metade da década de 1970 promoveram mudanças significativas na ordem moral vigente, sobretudo no que concerne às vivências de sexualidade e gênero, ao mesmo tempo em que chama atenção

para a persistência, no presente, da violência e da discriminação contra a população LGBTQIAPN+ no país.

“Memoria, Verdad y Justicia?”: os Informes Nunca Más argentino e uruguaio e a Justiça de Transição nos anos 1980/1990, de Guilherme da Conceição de Lima, estabelece uma perspectiva crítica sobre o desenrolar da Justiça de Transição na Argentina e no Uruguai a partir do impacto dos relatórios *Nunca Más*, publicados logo após o fim das respectivas ditaduras militares. O autor demonstra como o êxito inicial das Comissões da Verdade em expor os crimes cometidos pelos agentes da repressão foi, ao final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, progressivamente suplantado por leis de anistia e por decretos de perdão presidenciais e parlamentares. Na conclusão, sustenta-se que a memória das violações de direitos humanos jamais desapareceu do debate público argentino e uruguaio, tendo se reativado com força a partir dos anos 2000 sob governos de esquerda, ainda que o cenário político mais recente — marcado pela ascensão de lideranças negacionistas e de extrema-direita — evidencie a permanência e a atualidade das disputas em torno da memória, da verdade e da justiça na região.

Escrito por Thyerrí José Cruz Silva, Fran Espinoza e Hannah Silva Linhares, *Ainda estão aqui? Experiências de justiça de transição e movimentos reacionários no Cone Sul* parte da premissa de que os processos de justiça de transição buscam romper com o passado ditatorial e reparar as vítimas de violações de direitos humanos, ao passo que os movimentos reacionários, marcados pela nostalgia de períodos autoritários, tendem a comprometer tais processos nos âmbitos político-institucional e social. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, os autores analisam as relações entre a justiça de transição e a ascensão de movimentos reacionários na Argentina, no Brasil e no Chile, testando a hipótese de que, quanto maior o avanço social e político desses movimentos, menor o respeito aos processos transicionais. Os resultados confirmam a hipótese formulada, evidenciando, a partir de pesquisas de opinião e de dados do *World Values Survey*, uma correlação entre o ciclo político conservador vivido pela região entre 2017 e 2022 e a menor valorização da democracia, dos direitos humanos e das políticas de memória, verdade e justiça.

Os meios virtuais como espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil: negacionismo, informações falsas e desinformação, de Pedro Carvalho Oliveira, encerra o dossiê analisando a instrumentalização dos meios de comunicação virtuais como arena de disputa por uma memória positiva da ditadura civil-militar brasileira. O autor parte da

hipótese de que a virtualidade permite a construção de discursos negacionistas singulares, nos quais informações falsas ganham força sob a forma enganosa de textos verossímeis, e propõe-se a examinar esse fenômeno como expressão do negacionismo da ditadura enquanto trauma coletivo. Nas considerações finais, argumenta-se que o falseamento da realidade no ciberespaço constitui prática negacionista que fabrica intencionalmente uma memória específica do passado ditatorial, voltada a resgatar o regime militar como projeto político viável diante das frustrações da extrema-direita contemporânea frente às perspectivas democráticas e progressistas.

Reunidos, os nove artigos que compõem o segundo volume deste dossiê evidenciam a diversidade da produção historiográfica contemporânea sobre as ditaduras civis-militares no Cone Sul, articulando abordagens que vão da história política e institucional à história cultural, passando pela história da imprensa, pelas relações entre Igreja e Estado, pelos movimentos identitários e pelos processos de justiça de transição. Ao colocarem em diálogo diferentes recortes temporais, espaciais e metodológicos, os trabalhos aqui reunidos reafirmam a centralidade da pesquisa histórica na compreensão dos legados autoritários que ainda hoje repercutem nas sociedades sul-americanas, bem como a urgência de manter viva a memória das vítimas das ditaduras civis-militares e das lutas por democracia, verdade e justiça.

Deseja-se, por fim, uma proveitosa leitura.

Ana Marília Carneiro

Pós-doutoranda da UFMG e professora da UVA
anammc@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3665-8942>

Paulo Alves Pereira Júnior

Doutorando da Unesp e professor da SEDUC
pauloapereirajr@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1884-7598>

Thiago Fidelis

Professor da UEMG-Frutas
fidelisrp@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>